

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA IGREJA LUTERANA.

TAMARA DE OLIVEIRA SANCHES

TAMARA DE OLIVEIRA SANCHES

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA IGREJA LUTERANA.

Monografia apresentada ao curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob a orientação do prof. Dr. Guilherme Amaral Luz.

Uberlândia, dezembro de 2008

Sanches, Tamara de Oliveira. (1980)

A Institucionalização da Igreja Luterana. / Tamara de Oliveira Sanches – Uberlândia, 2008.

46 fls. 47 pgs.

Orientador: Dr. Guilherme Amaral Luz

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História

Inclui Bibliografia

Palavras – Chave: “Alemanha” do século XVI, Martinho Lutero, Igreja Luterana.

TAMARA DE OLIVEIRA SANCHES

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA IGREJA LUTERANA.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz – Orientador

Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli

Prof. Dr. André Fabiano Voigt

Dedico a minha vovó Clarinda dos Reis, com carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por até aqui ter me sustentado. Ao prof. Guilherme Amaral Luz, por ter acreditado na realização deste trabalho, pelas discussões e valiosas sugestões de melhora, enfim, por sua disposição em me auxiliar na construção desta monografia.

À minha mãe que sempre me apoiou durante toda a graduação e sempre esteve ao meu lado durante todos os momentos. À minha, querida, irmã pelo carinho e por compreender minha ausência em várias ocasiões durante o período de realização deste trabalho.

À minha prima Adriana Araujo, pela força e encorajamento que foram indispensáveis para a concretização desta tarefa. Ao meu amigo e colega de curso Tadeu Pereira, pelo apoio e troca de experiências.

Em suma, a todos que compartilharam do meu esforço ao longo deste trabalho, contribuindo direta e indiretamente para que ele pudesse se realizar.

RESUMO

O presente trabalho discute a institucionalização da Igreja Luterana na década de 1520. Primeiro será feita uma análise do processo de formação do Sacro Império Romano Germânico com o intuito de investigar o cenário territorial, político e social da “Alemanha” do século XVI. Em seguida discorreremos a respeito das tensões e conflitos vivenciados pela sociedade alemã nos dias de Martinho Lutero, como também sobre a trajetória e os anseios de Lutero. Por último examinaremos textos de Martinho Lutero escritos a partir de solicitações de algumas comunidades para, enfim, analisarmos o processo de Institucionalização da Igreja Luterana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Império Romano Ocidental.....	43
Figura 2: As invasões germânicas ao Império Romano Ocidental.....	44
Figura 3: Sacro Império Romano e Germânico.....	45
Figura 4 : Panorama religioso da Europa no século XVI.....	46

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1: A “Alemanha” do século XVI e Martinho Lutero.....	11
1.1: O Sacro Império. Prolegômenos	11
1.2: A “Alemanha” dos dias de Martinho Lutero.....	14
1.3: Martinho Lutero.....	15
Capítulo 2: A Igreja Luterana	27
2.1: Os anseios de uma sociedade inquieta.....	27
2.2: Comunidade de Leisnig.....	28
2.3 As comunidades de Wittenberg e Zwickau.....	31
Considerações Finais.....	41
Bibliografia.....	47

Introdução

Este trabalho se propõe a discutir e analisar a institucionalização da Igreja Luterana ao longo das primeiras décadas do século XVI. Este tema mostrou-se instigante para nós a partir do interesse que tínhamos em conhecer as origens da Igreja Luterana e suas principais características. Ao pesquisar a respeito, identificamos que, mesmo hoje em dia, não existe um estatuto comum que regule todas as Igrejas Luteranas de maneira uniforme. Elas são unidas pelos princípios ensinados por Martinho Lutero, mas cada uma parece absorvê-los à sua maneira. Desta forma, decidiu-se analisar os textos de Martinho Lutero com o intuito de perceber a trajetória histórica de formação e os princípios destas Igrejas.

Por se tratar de uma temática ligada à história da “Alemanha” no século XVI, os arquivos relevantes, bem como os instrumentos mais fundamentais de pesquisa (a começar pela própria língua alemã) não são de muito fácil acesso para o pesquisador brasileiro, ainda mais no nível da graduação. Deste modo, a análise proposta foi feita a partir de textos traduzidos de Martinho Lutero, muitos dos quais disponíveis graças ao próprio esforço de publicação das igrejas. As edições utilizadas, portanto, não são edições críticas com preocupação acadêmica, mas edições voltadas aos próprios luteranos no Brasil, aspectos que não poderíamos omitir. Mesmo assim (e talvez até por isso), cremos que foi possível perceber, nestes textos, fundamentos da Igreja Luterana até hoje salvaguardados e operantes no cotidiano dessas agremiações.

Os principais textos de Lutero utilizados para a nossa análise foram: *Fundamento e Motivação da Escritura Para o Direito e a Autoridade de uma Assembléia ou comunidade Cristã Julgar Sobre Toda Doutrina, Chamar, Nomear e Demitir Professores* (1523), *Formula Missae et Communionis pro Ecclesia Wittenbergensi*, (1523), *Missa Alemã e Ordem do Culto*, (1525) e *Manual do Batismo Revisado* (1526). Estes escritos estão reunidos em: *Obras Seleccionadas, Vida em Comunidade: Comunidade, Ministério, Culto, Sacramentos, Visitação, Catecismo, Hinos*, Vl 7, que recebeu tradução do alemão para o português de Arnaldo Schuler, Ilson Kayser e Walter O. Schlupp¹ e *Pelo Evangelho de Cristo, Obras Seleccionadas de*

¹ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000.

Momentos Decisivos da Reforma, que recebeu tradução do alemão para o português de Walter O. Schlupp².

O exame destes textos nos levou a perceber que, para compreender o surgimento da Igreja Luterana na Alemanha nos anos de 1520, seria necessário examinarmos o que definia historicamente este lugar, em diversos aspectos, no século XVI, uma vez que, em muito, difere-se do que hoje chamamos de Alemanha. Interessou-nos tomar conhecimento, por meio de uma literatura já clássica e bastante conhecida, os conflitos, sociais, políticos e econômicos vivenciados por aquela região, na qual surgiria a Igreja Reformada. Assim, no primeiro capítulo, denominado “A “Alemanha” do século XVI e Martinho Lutero”, pretendemos estudar os processos de formação e de transformação do Sacro Império Romano Germânico com o objetivo de entendermos as bases dos conflitos políticos, sociais e econômicos vivenciados na Alemanha do século XVI. Em seguida, buscaremos investigar as tensões e conflitos da sociedade alemã na época de Martinho Lutero, demarcando a trajetória, as motivações e os anseios deste reformador no período em foco. Neste capítulo, pretendemos trazer ao debate, sobretudo a partir de estudos já realizados por Perry Anderson e Lucien Febvre, o espaço/tempo histórico no qual a Reforma foi possível.

No segundo capítulo denominado “A Igreja Luterana”, investiremos numa análise dos efeitos e das expectativas que a obra de Martinho Lutero provocou na sociedade alemã, investigando diálogos travados por Lutero com líderes religiosos de comunidades, que lhe buscavam, via cartas, para promoverem reformas em suas igrejas. Por meio da leitura dos textos de Lutero direcionados às comunidades das cidades de Leisnig, Wittenberg, e Zwickau, pretendemos investigar a relação que se estabeleceu entre as concepções de Martinho Lutero e os interesses dessas comunidades, compreendendo, a partir deste movimento, a institucionalização e normatização (em processo) da Igreja Luterana. É portanto, neste capítulo, que se encontra o centro de nossa análise, quando procuraremos mostrar que a criação da(s) Igreja(s) Luterana(s) foi mais fruto de “conversações” entre “vontades reformadoras” do que um mero resultado de preceitos eclesiológicos derivados de silogismos teológicos ou de imposições doutrinárias

² LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 1984.

Capítulo 1

A “Alemanha” do século XVI e Martinho Lutero

1.1 – O Sacro Império: Prolegômenos

Os Germânicos eram povos que viviam nos limites da fronteira setentrional do Império Romano do Ocidente³, e como analisa Perry Anderson, cultivavam um modo de vida simples e rude, calcado em agricultura de subsistência. Dividiam-se em tribos, compostas por grandes clãs, que utilizavam a terra coletivamente, pois, não existia entre eles a propriedade privada do solo, apenas de rebanhos, que por sua vez, pertenciam aos principais guerreiros da tribo. Deste povo não havia um líder soberano, sua organização política girava em torno dos chefes familiares e do conselho dos guerreiros livres. Apenas em tempos de guerra eram eleitos chefes militares de exceção.

Mas, ao primeiro contato com os mercadores romanos, no século I d.C., esta estrutura social sofreu profundas alterações pois, para adquirir as luxuosas mercadorias latinas, os germânicos passaram a vender o seu rebanho e começaram a atacar tribos vizinhas para capturar escravos e vendê-los para o mercado romano. Paulatinamente, deixaram de trabalhar a terra de forma coletiva, designando-a a um indivíduo. Construíram, assim, um novo cenário, no qual aristocracias que haviam acumulado riquezas passam a exercer sobre a coletividade uma maior coerção, chegando a formar uma linhagem dinástica “quase real”, de onde saíam chefes elegíveis acima de qualquer outra autoridade.⁴

Além disso, os principais homens de cada tribo organizaram em torno de si exércitos particulares, com o intuito de garantir a segurança e de conquistar terras alheias. Este fenômeno fez aumentar as disputas internas, muitas vezes fomentadas pelo Império Romano, que enxergavam nestas rixas oportunidades de enfraquecer as pressões dos bárbaros nas fronteiras e de conquistar alianças dispostas a colaborar com o Império. Desta forma, o que se percebe é que

³ Ver figura 1.

⁴ ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Porto/Portugal: Ed. Afrontamento, 1982. p. 117-118

(...) tanto economicamente como politicamente, através das trocas comerciais e da intervenção diplomática, a pressão de Roma acelerava a diferenciação social e a desintegração dos modos de produção comunitários da floresta germânica⁵.

A cada dia, os germânicos estavam mais próximos dos padrões romanos. E esta similaridade contribuiu para tornar a organização política e militar dos germânicos mais forte e preparada, o que foi determinante para conseguirem atravessar as fronteiras imperiais, em 406 d.C., quando se sentiram ameaçados pelos Hunos que vinham da Ásia Central. Deram, assim, início a um longo processo de invasões germânicas ao Império Romano Ocidental⁶, que pode ser dividido em duas fases distintas. Na primeira etapa, quando os primeiros bárbaros adentraram as terras romanas, encontraram o Império em crise, com oligarquias voltadas ao luxo e prazeres, defesas desmanteladas e massas rurais em desespero. Conforme Anderson, esta situação contribuiu para a instalação dos germânicos em solo romano que, até 480 d.C., já haviam estabelecido nas terras anteriormente imperiais, o primeiro sistema primitivo de Reinos bárbaros: os Burguinhões na Sabaia, os Visigotos na Afítania, os Vândalos no norte da África e os Ostrogotos no norte da Itália.⁷

Apesar de os germânicos terem dilacerado o Império Ocidental com sua força, muitos elementos da máquina administrativa romana ainda permaneceram neste primeiro momento. A maioria dos Estados germânicos manteve em suas estruturas, quase intacto, todo o modelo superestrutural do velho Império, afetando, assim, relativamente pouco a organização romana. Só a partir da segunda fase de invasões, nos séculos IX e X, os romanos viriam a sentir, com maior força, a interferência germânica.

Neste segundo período, um número bem mais expressivo de migrantes germânicos atravessou a fronteira do Império Romano, aproveitando o “terreno limpo” de qualquer resistência organizada do Império, e expandiu, ainda mais o território germânico, conquistando novos Reinos como a Gália, ocupada pelos Francos, a Inglaterra pelos Anglo-Saxões, entre outros que, desta vez, trouxeram para seus governos elementos tanto da cultura germânica como da romana, mesclando-as num processo que Perry Anderson chamou de “síntese histórica”, no qual hábitos, valores,

⁵ ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Porto: Ed. Afrontamento, 1982. p. 119

⁶ Ver Figura 2.

⁷ Ibid., p.122

práticas políticas, econômicas e militares de ambas fundiram-se, dando origem a um novo mundo.⁸

Naquele período de expansão dos germânicos, a Igreja, que conservou em si muitos aspectos da cultura e do modelo político da civilização antiga⁹, tentou reconstruir o Império no Ocidente por intermédio de uma aliança com o bem sucedido rei dos francos, Carlos Magno. Por volta de 774 d.C, objetivando unificar o Ocidente, Carlos Magno promoveu uma impressionante expansão territorial de sua dinastia, anexando em menos de 30 anos a Itália Lombarda, a Saxônia, a Frísia e a Catalunha. Parte de cada um destes territórios, foi destinado à Igreja, que por sua vez, era instituída como a religião oficial dos novos Estados. Deste modo, enquanto a Igreja enriquecia o seu patrimônio e aumentava o número de seus seguidores, Carlos Magno tornava-se a maior autoridade política do continente europeu, recebendo das mãos da Igreja, em 800 d.C, o até então extinto título de Imperador do Ocidente.¹⁰

Assim, nasceu o Sacro Império Romano e Germânico, dirigido *grosso modo* por duas forças distintas, porém complementares: o Sumo Pontífice, com a autoridade espiritual, e o Imperador, com o poder político, com a função de expandir a fé e de defender os interesses da Igreja no plano temporal. Com sede na recém conquistada Saxônia, este Império, conforme Anderson, não se restringiu apenas às conquistas territoriais. Ao lado da Igreja, Magno promoveu uma reforma cultural e administrativa em todo o continente Ocidental: patrocinou uma renovação da educação, da filosofia e da arte e adotou um novo modo de governar, que tinha como principal característica a “parcelarização” do poder por meio de um sistema que ficou conhecido como vassalagem¹¹.

A vassalagem constituía um sistema por meio do qual nobres eram nomeados Condes para administrar regiões, condados e prestarem serviços militares ao Imperador que, por sua vez, os beneficiava com propriedades (com o tempo transformadas em hereditárias), revestidas de poderes jurídicos e economicamente auto-suficientes. Como analisa Anderson, a rápida generalização destes benefícios e a sua crescente hereditariedade, unidos à morte de Carlos Magno, em 814 d.C. e aos inúmeros ataques externos, vindos dos Vikings, Sarracenos entre outros, contribuíram para o

⁸ ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Porto: Ed. Afrontamento, 1982. p.132-140

⁹ Ibid., p.150

¹⁰ Ibid., p.151

¹¹ Ibid., p.153

enfraquecimento do Império e para o desenvolvimento do feudalismo na Europa Ocidental, trazendo à cena uma sociedade repartida entre Império (enfraquecido), Igreja e seus bispados, condados ou principados, e as cidades, que conseguiram se desenvolver autônomas graças a este contexto¹².

1.2 – A “Alemanha” dos dias de Martinho Lutero

Em meados do século XVI, um novo cenário político e social apresentava-se no seio da cristandade européia. Em várias partes da Europa, o poder voltava a estar centralizado novamente nas mãos de monarquias fortes e autônomas em relação ao Império, formando os primeiros Estados de feição “moderna” da Europa Ocidental, tais como Portugal, Espanha, França, entre outros. Distinta era a situação daqueles espaços do antigo Império Carolíngio onde se localizavam bispados, condados e principados como a Turingia e a Saxônia¹³, por exemplo. Naquela região, lugar em que hoje se situa, em grande parte a Alemanha, estava o “coração” do Sacro Império Romano Germânico, onde não havia de modo algum unidade, nem moral (cultural) nem política¹⁴. Ao contrário, esta região era palco de autonomias distintas que se cruzavam numa convivência tensa e complexa, formando o que Lucien Febvre chama de “Alemanha retalhada ou múltipla”.

Naquele período, a Igreja Cristã era a maior autoridade religiosa da Europa Ocidental, detendo um imenso domínio sobre as crenças e os valores das massas, além de ter se tornado uma instituição autônoma¹⁵, devido ao seu expressivo patrimônio territorial, conquistado ao longo dos séculos, como também aos dízimos e impostos cobrados da plebe. No caso do Imperador, a situação era diferente. Ele tinha se tornado cada vez mais dependente da Igreja e acumulava funções como defender os interesses da Cúria e administrar o Império e a Alemanha. Esta situação, fez com que a autoridade do Imperador periclitasse nesta região que, apesar de ainda estar submetida ao Imperador, tendia a se organizar em torno dos principados, liderados por nobres,

¹² ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Porto: Ed. Afrontamento, 1982. p. 156

¹³ Ver Figura 3.

¹⁴ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.99

¹⁵ ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Porto: Ed. Afrontamento, 1982. p. 169

homens de “única terra”, que tinham maiores condições de fortalecê-la e enriquecê-la, tornado-a cada vez mais independente do Império¹⁶.

Assim como os principados, havia outra personagem também importante neste contexto: as cidades. Nelas praticava-se o *comércio e as manufaturas, eram comunas autogovernadas que gozavam de organização política e militar autônoma em relação à Igreja e à nobreza*¹⁷. Na Alemanha, elas eram esplêndidas, cada uma com suas particularidades culturais, políticas e econômicas, das quais veio à tona a enérgica e robusta burguesia alemã que, com seus grandes mercados, construíram fortunas colossais. Estes homens, *reis de um mundo novo que inverteu a escala dos velhos valores*¹⁸, tinham de enfrentar, todavia, a concorrência dos príncipes pois, as cidades implantadas no meio de seus domínios, limitavam a sua extensão, impedindo-os de se expandirem com maior força.¹⁹ Desta forma, o que se via sobre as planícies alemãs, eram grupos com pretensão de autonomia lutando uns contra os outros, defendendo os seus espaços e interesses.

1.3 – Martinho Lutero

Foi nesta Alemanha dividida, na cidade de Eisleben, no principado da Turíngia, que, em 10 de novembro de 1483, nasceu Martinho Lutero, filho de Hans e Margaretha. Seu pai trabalhava como mineiro em uma mina de cobre e, em 1484, sua família mudou-se para Mansfeld, o centro da região mineira próxima. Em poucos anos, Hans conseguiu obter sua independência econômica e se tornou uma das pessoas mais respeitadas da região. Desta forma, Lutero cresceu no seio de uma burguesia ascendente e sua educação não foi diferente dos demais jovens de seu ciclo social.

Desde a infância, Martinho Lutero frequentou boas escolas até que, em 1501, foi para a Universidade de Erfurt, onde se tornou bacharel e mestre na Faculdade de Artes, com um currículo centrado no estudo de Aristóteles. Em 1505, orientado pelo pai, ingressou na Faculdade de Direito, mas não concluiu o curso²⁰, pois, segundo Febvre, uma sucessão rápida de doenças graves, um acidente sangrento, o terror

¹⁶ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.100-102

¹⁷ ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Porto: Ed. Afrontamento, 1982. p.167

¹⁸ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.104

¹⁹ Ibid., p.102-104

²⁰ DREHER, Martin N. **A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Sinodal, Coleção História da Igreja Vol. III, 1996. p 24.

espalhado por uma peste e um raio que esteve para matá-lo a caminho da aldeia de Stotternheim fizeram o jovem, de espírito inquieto e uma sensibilidade vibrátil, decepcionar os seus pais, renunciando os estudos profanos, para procurar refugio no mosteiro agostiniano de Erfurt²¹.

Entretanto, no lugar de encontrar a paz e a certeza feliz da salvação, Lutero só encontrou terror e dúvida, pois, no mosteiro, apresentaram-no um Deus terrível, implacável, vingador, que fazia conta de cada pecado para lançá-los aos rostos aterrorizados dos miseráveis votados à expiação²². Desta forma, para Martinho Lutero, que tinha uma consciência severa (que o acusava constantemente), essa doutrina tornou-se uma tortura pois, nenhuma obra de penitência que realizasse lhe parecia suficiente para abrandar a cólera atroz deste “Deus irado”. Em um prefácio escrito por Lutero, para o primeiro volume da edição completa de seus escritos, organizada por seu amigo Filipe Melanchthon, em 1545, no qual, ele faz uma análise resumida de sua trajetória, já perto da morte. Ele relembra este período no mosteiro dizendo:

(...) como monge, eu vivia de forma irrepreensível, perante Deus eu me sentia pecador, e minha consciência me torturava muito. Não ousava ter esperança de que pudesse conciliar a Deus através de minha satisfação²³.

Até que chegou ao mosteiro o doutor Staupitz, vigário-geral dos Agostinhos em toda a Alemanha desde 1503, que apresentou à “consciência sofredora” de Lutero, um Deus de amor, de misericórdia e de perdão. Como forma de ajudar Martinho Lutero a desviar sua atenção de suas angustias, Staupitz o lançou no trabalho docente. Em 1502, o príncipe eleito da Saxônia, Frederico, criou na cidade de Wittenberg uma Universidade, e Staupitz, era lá professor. Desta forma, convidou Lutero, em 1508, para ministrar um curso sobre a Ética de Aristóteles e sugeriu que, ao mesmo tempo, ele continuasse seus estudos sagrados na Faculdade de Teologia. Assim, em 1510, já bem mais calmo de suas crises de desespero, Lutero torna-se bacharel em Teologia²⁴.

²¹ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.45

²² Ibid., p. 26

²³ LUTERO, Martinho. “Martinho Lutero ao leitor benevolente”. In. LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984. p.30

²⁴ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.27

Neste mesmo ano, em fim de dezembro, Lutero foi a Roma junto a uma delegação do mosteiro dos agostinianos. Lá, ele visitou templos e catacumbas e peregrinou pelas sete igrejas principais da cidade santa. Como diz Febvre, pode até ser que Lutero,

(...) tenha sido mais ou menos perturbado nos seus preconceitos, ou chocado em alguns dos seus sentimentos por hábitos, por maneiras de falar e por condutas que lhe eram profundamente estranhas – porque há grande distância entre Wittenberg e o Vaticano²⁵.

Mas, ao contrário do que muito já se disse, as impressões colhidas em Roma não fizeram de Lutero um reformador; antes mostram-no como filho exemplar da Igreja Medieval.

Ao retomar a Wittenberg, Lutero foi convocado por Staupitz, em 1512, a dar início à licenciatura em Teologia e, uma vez Doutor, começou a lecionar na Universidade, com dois cursos: um sobre os *Salmos*, de 1513 a 1515, e o outro sobre a *Epístola aos Romanos*, de 1515 a 1516. Em Wittenberg, Lutero exerceu a função de professor por quase trinta anos. Mas, muito antes de ser teólogo, Martinho Lutero era “um cristão ávido de Cristo, um homem sedento de Deus”²⁶, incansável em suas solitárias e longas meditações. Provavelmente entre 1512 e 1513, sem ninguém lhe mostrar o caminho, o agostiniano de Erfurt e de Wittenberg, debruçando-se insistentemente sobre a carta de *Paulo aos Romanos*, deparou-se com um problema que fez nele nascer uma enorme angústia, o problema da “Justiça de Deus.”²⁷ Pois, como salienta o próprio Lutero,

(...) o uso e o costume de todos os professores me havia ensinado a entendê-la filosoficamente como justiça formal ou ativa (como a chamam), segundo a qual Deus é justo e castiga os pecadores e injustos²⁸.

Mas como se fazer justo o homem que já estava condenado pelo pecado original? Como limpar-se perante este Deus implacável, unilateral, juiz pronto a condenar? A partir das obras?

²⁵ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.71

²⁶ Ibid., p.70

²⁷ Ibid., p. 60-62

²⁸ LUTERO, Martinho. “Martinho Lutero ao leitor benevolente”. In: LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984. p.30

Lutero já havia percebido que não, pois, no convento, tinha procurado ansiosamente purificar a sua alma por meio de obras meritórias, e o que conseguiu foi apenas uma seqüência sangrenta de fracassos, uma vez que, após cada tentativa, o pecado ressurgia mostrando-se invencível: “E este pecado não é uma simples fraqueza, a qual o homem remedia por meios exteriores, mas sim uma potência maldita, que separa para sempre o homem de Deus”²⁹.

Qual seria a solução? Como sair desta dúvida, deste desespero? Conforme Martinho Lutero, após muito tempo refletindo em tais questões, finalmente lhe veio a seguinte conclusão:

Observei a relação entre as palavras: “A justiça de Deus é nele revelada, como está escrito: o justo vive por fé”. Aí, passei a compreender a justiça de Deus como sendo uma justiça pela qual o justo vive através da dádiva de Deus, ou seja, da fé. Comecei a entender que o sentido é o seguinte: através do evangelho é revelada a justiça de Deus, isto é, a passiva, através da qual o Deus misericordioso nos justifica pela fé, como está escrito: “O justo vive por fé.” Então me senti como renascido, e entrei pelos portões abertos do próprio paraíso. Aí, toda a Escritura me mostrou uma face completamente diferente”³⁰.

Assim, Martinho Lutero entendeu que não eram mais necessárias as penitências. Para salvar sua alma, bastava apenas crer na justiça de Deus que, por seu amor e misericórdia o justifica, mesmo sendo ele um “pecador”. Mais do que julgarmos esta revelação como uma verdade absoluta que, ao surgir, teria revolucionado os rumos da religião na Europa do Norte, é preciso entendê-la como uma experiência pessoal de Martinho Lutero, uma espécie de alívio, uma resposta que fez “renascer” o monge de consciência atormentada que, subitamente, após tanto ter procurado, encontrara o remédio soberano para o mal que lhe consumia.³¹

Ele não pensou em guardar para si este remédio. Ao contrário, passou a anunciá-lo a todos, promovendo, a partir de 1515, um intenso debate com os estudantes nos seus cursos, com as pessoas comuns nos seus sermões, com teólogos de Wittenberg e de outras universidades como a de Erfurt, de Leipzig, de Frankfurt, entre outras. Lutero acreditava que tinha a verdade nas mãos e, a partir dela, passava a rever tudo o

²⁹ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.60

³⁰ LUTERO, Martinho. “Martinho Lutero ao leitor benevolente”. In: LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984. p.30

³¹ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, Um Destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.65

que tinha aprendido e o que estava a sua volta. Assim, incentivava reformas, como, por exemplo, na conduta dos padres em relação às escrituras, que, segundo ele, era freqüentemente negligenciada³², além de redigir, enviar e discutir teses, nas quais ele defende e divulga a sua descoberta, renegando a filosofia aristotélica que ensina uma vontade livre, uma virtude em poder do homem.³³

Neste período, conforme Febvre³⁴, em 31 de março de 1515, o Papa emitiu ao Arcebispo Albrecht, do território de Magdeburg (próximo de Wittenberg), uma bula propondo a venda de indulgências³⁵ em seu bispado por um período de três anos. Cada um receberia metade dos rendimentos e, com este valor, o Arcebispo pagaria sua dívida com credores. Porém, o Imperador Maximiliano, enfraquecido economicamente, foi informado e interveio. Assim, do produto da indulgência, ele ficou com uma grande parte e o restante foi dividido entre o Papa e Albrecht, que conseguiu pagar só metade da dívida. Deste modo, em 1517, Albrecht autorizou seu subcomissário-geral, Johannes Tetzel, a oferecer indulgências por todo seu território. A partir daí, Tetzel, com todo o seu aparato, percorreu em pequenas jornadas a diocese de Magdeburg, garantindo aos fieis “que mal o seu dinheiro caísse na caixa das esmolas, a alma a libertar voava do Purgatório e chegava a direito ao paraíso”³⁶.

A venda de indulgências, neste momento, não era uma prática inédita; Tetzel não era o único e nem o primeiro a dela lançar mão. Consistia em algo comum, que estava em conformidade com os usos e as idéias de seu tempo. A sua aplicação variava de acordo com as regiões. Em Wittenberg, por exemplo, o príncipe Frederico não

³² Segundo, Lucien Febvre, em um sermão, com data provável de 1512, Lutero já admitia a necessidade de uma reforma, dizendo: “que comece por restituir aos padres o conhecimento e o respeito da verdade de Deus (...)”. Neste período, conforme Lutero, mais grave do que as fornicações, as bebedeiras e os jogos praticados pelos clérigos, era o descaso em relação à pregação da Palavra de Deus, que na maioria das vezes, segundo ele, tinha menor importância que a liturgia do culto. Ibid., p.74.

³³ Idem, p.88

³⁴ Idem, p.84-85

³⁵ Segundo Martin Dreher, “a indulgência está relacionada ao Sacramento da Penitência”. A Penitência divide-se em três partes: a contrição, que é o arrependimento, a confissão, que deve ser na presença de um sacerdote e a satisfação, que é a reparação ou expiação do pecado cometido, ou seja, um castigo que devia ser cumprido pelo fiel, e poderia ser por meio de orações, jejuns ou obras de caridade. E este castigo deve ser assumido aqui na terra ou expiado no purgatório. A partir do século XI, a Igreja passou a vender indulgências que substituíam os castigos da penitência da satisfação. Diz Dreher: “No início, elas diziam respeito, apenas aos castigos temporários impostos pela Igreja; mais tarde, foram incorporados os castigos temporários que deveriam ser purgados no purgatório e os pecados de parentes já falecidos, que estavam no purgatório. Elas tinham uma destacada importância financeira para Igreja. A cúria e o Estado papal dependiam em grande parte das rendas auferidas com a venda delas.” Desta forma, enquanto que para os fieis as indulgências significavam a salvação do purgatório e do juízo final, para a Igreja era resposta as necessidades financeiras. In: DREHER, Martin N. **A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Sinodal, Coleção História da Igreja Vol. III, 1996. p.26-27

³⁶ Ibid., p.86.

permitia, de modo algum, que se pregassem indulgências nos domingos, porque ele preferia organizar uma coleção de relíquias preciosas, que atraíam numerosos peregrinos à cidade. Em seu acervo, podia se encontrar: palhinhas do presépio, cabelos da Virgem, gotas do seu leite, entre outras relíquias sagradas. A estes tesouros, as indulgências estavam ligadas, pois, após os fiéis visitarem-nos, oferecerem uma oferta no dia de Todos os Santos e confessar, recebiam uma indulgência³⁷.

Do mesmo modo que Lutero vinha questionando e revisando tudo à sua volta, a partir dos princípios que ele tinha elaborado e das noções que ele tinha formado, também o fez com relação às indulgências. Esta era apenas mais uma das muitas questões, “que não podia deixar de se por ao espírito e a consciência Lutero”³⁸. Em 1516, segundo Febvre, através de um sermão pregado no décimo domingo depois da Santíssima Trindade, ele já chamava a atenção dos fiéis, para o seguinte:

Jamais os comissários e subcomissários encarregados de pregar as indulgências fazem outra coisa que não seja gabar os benefícios delas ao povo e exortá-lo a comprá-las. Jamais os ouvires explicar ao auditório o que é na realidade a indulgência, a que é ela se aplica e quais são os seus efeitos. Pouco lhes importa que os cristãos logrados imaginem que, apenas comprando o bocado de pergaminhos, estão salvos³⁹.

Como ele já sabia (ou julgava saber) melhor que os outros no que consistia a indulgência, Lutero tomou a palavra e se pôs a perguntar e analisar qual o papel das indulgências na vida do cristão, levantando vários questionamentos e opiniões a este respeito⁴⁰. Isto até que, em 31 de outubro de 1517, com o objetivo de promover um debate, para o esclarecimento da questão, Martinho Lutero afixa na porta lateral da capela do Castelo Wittenberg⁴¹ um cartaz com os seguintes escritos:

Por amor à verdade e no empenho em elucidá-la, as proposições seguintes serão discutidas em Wittenberg, sob a presidência do Rev. Padre Martinho Lutero, Mestre em Artes, Doutor na Santa Teologia e Professor Catedrático na Universidade. Ele pede aos que não possam estar presentes na discussão oral que intervenham por cartas. Em nome do nosso Senhor Jesus Cristo. Amém⁴².

³⁷ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.85-87

³⁸ Ibid., p. 94

³⁹ Ibid., p. 92

⁴⁰ Ibid., p.91

⁴¹ Ibid., p.89

⁴² LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984. p.34

Este cartaz continha 95 teses, escritas por Martinho Lutero, que objetivavam conscientizar, a partir dos seus princípios, o mau uso que vinha sendo feito das indulgências, incentivado pelos vendedores. Segundo Febvre, sua crítica se sustentava numa questão central: a de conferir aos pecadores uma falsa segurança. Esta acusação perpassa todo o texto desde o primeiro artigo:

Quando ele diz: fazei penitência, Nosso Senhor Jesus Cristo quis que a vida inteira dos fiéis fosse uma penitência. [Aos dois últimos,] é preciso exortar os cristãos a seguirem Cristo, seu chefe, através dos tormentos, da morte e do Inferno, e a entrarem no Céu por muitas tribulações mais do que a repousarem na segurança de uma falsa paz⁴³.

Lutero entendia que os cristãos não deveriam se sentir tão tranquilos em relação às indulgências, pois, ao contrário do que imaginavam, elas não eliminavam todos os castigos: “o Papa não quer nem pode dispensar de quaisquer penas, senão daquelas que ele impôs, por decisão própria ou dos cânones”⁴⁴. Quais eram os castigos que o Pontífice não anulava? Segundo ele:

(...) o que se encontra na Bíblia, é isto: Deus castiga a muitos segundo a sua justiça ou os leva à contrição através de castigos como no Salmo 88: “Quando seus filhos pecarem, punirei com a vara o seu pecado, mas minha misericórdia não retirarei deles”. Mas a dispensa deste castigo não esta na mão de ninguém a não se de Deus somente⁴⁵.

E estas penas, ele garante, não exigem do pecador mais do que ele pode suportar, pois, “Deus a ninguém impõe mais do que lhe é possível carregar”⁴⁶.

Sendo assim, Martinho Lutero aconselha aos cristãos a “pagar” suas penas, pois as indulgências nada mais seriam que uma dispensa das boas obras e de benéficos castigos. A indulgência, diria Martinho Lutero, não promove o melhoramento de ninguém, mas tolera sua imperfeição e a permite. Se alguém lhe perguntasse: “então nunca mais comprarei indulgências?” Lutero replicaria: “minha vontade, desejo, pedido e

⁴³ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.90

⁴⁴ LUTERO, Martinho. “Debate Para o Esclarecimento do Valor das Indulgências (95 Teses)”. In: LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984. p.35

⁴⁵ Ibid., p.46. Este texto foi escrito por Lutero em 1517, depois da publicação das 95 teses. E nele traz um resumo explicativo de suas teses.

⁴⁶ Ibid., p.47

conselho é que ninguém compre indulgência. Deixe que os cristãos preguiçosos e sonolentos comprem indulgências. Você, porém, siga seu caminho⁴⁷.” Essa noção aparece nítida no artigo 40 de suas teses, quando diz: “a verdadeira contrição procura e ama as penas; a indulgência, em contrapartida, perdoa as penas e inspira-nos uma aversão a elas⁴⁸.”

O que são estas teses? Um manifesto? Um apelo às armas? De modo algum. Estes textos são interpretações de Martinho Lutero sobre uma questão que lhe foi posta, nas quais ele toma por base os princípios que vinha formando desde a descoberta da teoria da justificação por fé; ou seja, as 95 teses não são um grito ao acaso, surgidas no calor do momento; ao contrário, são resultado de um enorme esforço reflexivo para encontrar a paz, que já se estendia por mais de dez anos⁴⁹. Então, pode-se fazer a seguinte pergunta: este documento foi, de fato, revolucionário? Podemos dizer que foi ousado. Porque, até então, Martinho Lutero ainda não havia publicado, em alemão e divulgado por todos os meios, os textos escritos em 1516 e 1517, como fizera com as 95 teses. Além disso, ele as enviou para o Arcebispo Albrecht, acompanhadas de uma carta, que não era uma declaração de guerra, mas uma advertência, uma chamada à ordem, severa, em nome de Deus. Nesta carta,

(...) ele tem para com os charlatões que enganam os fiéis, uma espécie de contemplação desdenhosa: “O meu propósito é menos o de incriminar os seus clamores (pois que os não ouvi de modo algum) que o de destruir as crenças erradas que eles fazem nascer no espírito dos seus seguidores.” Esta espécie de serenidade era o testemunho de uma força singular e se Albrecht tivesse sido um conhecedor de homens, teria sem dúvida hesitado em denunciar o frade, em encetar contra ele o processo⁵⁰.

E foi exatamente esta a reação do arcebispo. Ao lado de Tetzl, no ano de 1518, ele enviou as 95 teses a Roma com o pedido de que se verificasse se Martinho Lutero deveria ser submetido a um tribunal eclesiástico. Como diz Febvre, eles foram incapazes de compreender e de admitir o esforço, mesmo brutal, de um crente apaixonado para encontrar, no fundo da sua alma, as fontes profundas da vida

⁴⁷ LUTERO, Martinho. “Debate Para o Esclarecimento do Valor das Indulgências (95 Teses)”. In: LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984. p.48

⁴⁸ LUTERO, Martinho. “Debate Para o Esclarecimento do Valor das Indulgências (95 Teses)”. In: Ibid., p.38

⁴⁹ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.94-96

⁵⁰ Ibid., p.95

religiosa.⁵¹ No ensino de Lutero, na sua pregação, eles viram um perigo político. Ele era naquela Alemanha dividida e frágil, um demolidor ameaçador.

Ia-se deixar que deitasse tudo abaixo? – Tudo o que? As bases de uma piedade tradicional? Uma construção dogmática? Ah! não: as posições da Santa Sé no mundo germânico. Primeiro a política! Esmague-se esse bruto, sem perda de um minuto; depois se pensaria em discutir!⁵²

Deste modo, em julho de 1518, Ghinucci e Prierias, instituídos juizes, citaram Lutero. Antes que ele respondesse, o papa Leão X convocou o cardeal de Gaeta, Caetano, para ir até Lutero, incumbido de não discutir, mas de intimá-lo a retratar-se. As ordens eram: se Lutero obedecesse, seria recebido em graça; se persistisse, seria preso e conduzido a Roma; se fugisse, seria excomungado e os príncipes deveriam entregá-lo ao Papa. Em outubro de 1518, quando Caetano viu Lutero em Augsburg defendendo sua interpretação da doutrina dos “tesouros da Igreja, donde o papa tira as suas indulgências”, como também sua teologia da cruz, que é a doutrina da justificação, não teve dúvidas: condenou Lutero como herege. Ele ainda tentou se retratar com o Papa, porém, inutilmente⁵³.

Roma já havia classificado Lutero sem demora, como herético, de quem é preciso abafar as idéias. Assim, em 1520, foi publicada uma bula que caracterizava 41 afirmações de Lutero como sendo heréticas e escandalosas, contrárias à doutrina católica. Este documento exigia de Lutero a renúncia de seus ensinamentos e ordenava que toda a sua obra fosse queimada. Os responsáveis por sua divulgação e aplicação foram Jerônimo Aleander e João Eck, que presenciaram, na região da Saxônia e proximidades, uma expressiva reação popular, pois, a partir, dos debates em universidades, das teses e textos publicados, muitos conheceram Lutero e tornaram-se adeptos de suas idéias⁵⁴.

Desta forma no sul da Alemanha, os bispos não publicaram a bula, temendo uma revolta popular; na Alemanha central, a resistência foi aberta. Houve distúrbios estudantis, em universidades como as de Leipzig e de Wittenberg, que se negaram a publicá-la. Quando, por fim, o príncipe-eleitor da Saxônia declarou a Aleander que não

⁵¹ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p. 137

⁵² Ibid. p.138

⁵³ Ibid.

⁵⁴ DREHER, Martin N. **A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Sinodal, Coleção História da Igreja Vol. III, 1996. p.32

lhe entregaria Lutero, houve uma reação imediata na área da Universidade de Wittenberg, em 10 de dezembro de 1520, onde foram queimados, diante de um dos portões da cidade, diversos volumes do direito canônico, escritos por Eck, entre outros⁵⁵.

Esta situação foi o estopim para Roma, que reagiu energicamente, excomungando Lutero em 3 de janeiro de 1521. A excomunhão era para ser seguida de proscricção, o que não foi aceito pela Saxônia. Deste modo, o Imperador Carlos V convocou Martinho Lutero para se fazer presente na Dieta de Worms, para a qual chegou em 16 de abril de 1521. No dia seguinte, Lutero apresentou-se diante do Imperador e da Dieta, sendo confrontado com a exigência de negar os seus ensinamentos. Ele, porém, se recusou a retratar-se, a não ser que fosse convencido pela Sagrada Escritura e por argumentos racionais. Deste modo, em 25 de abril, Carlos V o comunicou que agiria contra ele. Martinho Lutero então deixou Worms e, no caminho, sua carruagem foi assaltada por ordem do príncipe Frederico que, para protegê-lo, o enviou para o castelo de Wartburgo⁵⁶, onde permaneceu exilado até 1522. A sentença foi comunicada no dia 26 de maio de 1521, quando Carlos V assinou o Editto de Worms, informando que Lutero estava proscrito sob a acusação de erros doutrinários. Assim a Igreja, baniu Lutero, pouco a pouco, para fora dessa unidade, dessa catolicidade no seio da qual, no entanto, ele proclamava querer viver e morrer. Enquanto isso, em uma “Alemanha” complexa e esfacelada, paradoxalmente pela infâmia, fazia aumentar a fama de um teólogo a se tornar referência para reformadores em potencial, que, em comunidades várias, não se viam atendidos nem pela Igreja nem pelo Imperador em suas necessidades espirituais e temporais.

Mas o que seria este Lutero? Um líder político que ao escrever *O manifesto a nobreza*, em 1520, exorta os fiéis a resistirem aos abusos da Santa Sé, defendendo o direito de todos lerem a Bíblia, clamando aos príncipes que utilizassem de sua autoridade para manter as liberdades cristãs, denunciando se fosse necessário, um Pontífice infiel ou culpado? Ou seria ele o reformador da Igreja Católica? Nem um nem outro (ao menos não de forma absoluta ou excludente). Estamos falando de um exímio

⁵⁵ DREHER, Martin N. **A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Sinodal, Coleção História da Igreja Vol. III, 1996. p.32

⁵⁶ Durante o período que Lutero permaneceu isolado houve uma intensa troca de correspondência com colegas de Wittenberg, especialmente Filipe Melancthon, que também era professor na Universidade. Escreveu também vários textos entre eles a tradução da Bíblia Sagrada do grego para a língua popular alemã. In: LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984. p.13

artista do verbo, um orador nato, um teórico, idealista, com uma visão de política curta, muito pouco maquiavélica e que permanece claustro, envolto por suas convicções teológicas, seus princípios, sua fé, tendo como maior preocupação anunciar a sua “verdade”, a um público cada vez maior⁵⁷. Já em 1519, em debate na cidade de Leipzig, ele declarava,

Quero ser livre. Não quero tornar-me em escravo de nenhuma autoridade, seja a de um concílio, seja a de qualquer potência, seja a de uma universidade, seja do papa. Porque proclamarei com confiança o que eu creio ser a verdade, quer seja afirmada por um católico ou por um herético; quer seja aprovada, ou seja, rejeitada por qualquer autoridade⁵⁸.

A partir de 1520, menos por desejo espontâneo do que por demandas de outros, Lutero dedicar-se ia a formular uma doutrina de Igreja. Mas que Igreja? A noção de Igreja que Lutero chega após várias tentativas, conforme Febvre, não é uma vasta e poderosa organização como a de Roma, essa instituição secular, com suas dioceses, seus padres, dogmas e sacramentos. A esta Igreja, que é visível, ou podemos dizer “palpável”, Lutero opõe a sua invisível, composta por aqueles que vivem na verdadeira fé; que crêem nas mesmas verdades, sensíveis aos mesmos aspectos da divindade, esperando as mesmas bem-aventuranças celestes. Desta forma, são unidos não pelos laços exteriores de uma submissão militar ao Papa, vigário de Deus, mas por laços íntimos e secretos que uma comunhão profunda nas alegrias espirituais tece de coração para coração, de espírito para espírito⁵⁹.

Seus fiéis, “os verdadeiros crentes”, não devem, conforme Lutero, isolar-se. Ao contrário, devem mergulhar no mundo e não se excluírem dele de modo nenhum, “que se contentem, pensa ele, com o serem o fermento que faz levedar a massa, a alma viva e quente que anima um corpo pesado e muitas vezes gelado.”⁶⁰ O que Lutero defende é uma Igreja interior, espiritual, que habita nos corações dos crentes. Esta Igreja é firmada na fé em Cristo, no Evangelho. Entre esta fé e Deus não há intermediários, é o homem frente a frente com o seu Deus e nenhuma instituição pode se colocar acima disso, impondo seus hábitos, regras ou dogmas, pois, segundo Lutero, tudo o que não é fé e nem vem dela é vulnerável e pode cair.

⁵⁷ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.153

⁵⁸ Ibid., p.157

⁵⁹ Ibid., p.155

⁶⁰ Ibid., p.156

Se Lutero propôs, uma noção de Igreja invisível, “idealista”, que agrupa almas e espíritos por meio de uma fé comum, pergunta-se: como surgiu ou foi possível surgir uma Igreja Luterana visível e palpável? E sob quais princípios ela se sustentou? Eis a pergunta que move este trabalho e que pretendemos responder no próximo capítulo.

Capítulo 2

A Igreja Luterana

2.1 – Os anseios de uma sociedade inquieta

Quem lança um grito nunca sabe exatamente como sua voz ecoará e, no caso de Lutero, quando ecoou sobre a “Alemanha” a sua teologia do Evangelho que liberta, por mais que a proposta do reformador estivesse firmada apenas em uma transformação de princípios, ela despertou, nesta terra inquieta e saturada dos domínios dos Estados Pontifícios e do Império, múltiplas expectativas. Alguns príncipes e cavaleiros, por exemplo, que envolvidos com um certo sentimento de uma possível unidade alemã, enxergaram em Lutero a oportunidade da construção de uma Igreja genuinamente alemã; os burgueses, por sua vez, que já se incomodavam com a Igreja romana, com suas velhas proibições, seus dízimos e padres intervindo entre o homem e Deus, perceberam nas propostas de Martinho Lutero uma linguagem clara, direta, que dialogava diretamente com seus novos valores e estilo de vida.

Os camponeses viram nos discursos de Lutero uma justificativa para os seus anseios de liberdade e os humanistas, teólogos e monges que se opunham a Roma pagã tão gloriosa, a Roma mercantil, e que ansiavam por uma reforma religiosa, entenderam em Lutero esta possibilidade⁶¹.

Assim, cada grupo, de seu modo e de acordo com os seus interesses, foi se apropriando, divulgando e apoiando as idéias de Lutero, fosse por motivações políticas, pessoais, econômicas, sociais ou religiosas. Deste modo, em pouco tempo, conforme Quentin Skinner⁶², o cenário religioso na Europa do Norte, foi se transformando: era cada vez maior o número de cidades, principados e territórios⁶³ que se declaravam favoráveis à teologia de Lutero. Os primeiros passos nesta direção se deram na região da Saxônia, onde o príncipe Frederico tomou a iniciativa de proteger Lutero após sua excomunhão em 1520.

⁶¹ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.97; 111; 132;134

⁶² SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.302

⁶³ Ver figura 4

Em Wittenberg, no início de 1522, enquanto Lutero permanecia refugiado no castelo de Wartburgo, os ânimos se exaltavam, pois espiritualistas, discípulos de Thomas Muntzer, defensor de uma reforma violenta, saíram às ruas, invadiram igrejas, quebraram imagens e a sua influência também levou diversas pessoas a abandonarem hábitos litúrgicos católicos, como as missas privadas, a adoração do sacramento, entre outros⁶⁴. O mundo havia mudado em torno de Lutero e, cada vez mais, esta “Alemanha” inquieta o pressionava, o cercava, o coagia, exigindo dele mais do que idéias, mais que sua transformação interior. Os “alemães” não desaprovavam a noção de uma Igreja inteiramente espiritual, mas não pareciam se contentar com ela. Perante à Igreja secular, cujos sacramentos, cuja hierarquia e cujas leis eles repeliavam, desejavam ardentemente ver erguer-se outra Igreja, pura e sem os abusos que eles denunciavam, com outras cerimônias, outros ritos, outras leis⁶⁵. Desta forma Lutero se viu vencido pelas circunstâncias e, além de fazer suas reflexões teóricas, passou a ter que responder diante do clamor por orientações que vinham de algumas comunidades. Por meio da leitura dos textos que Lutero produziu para atender a tais solicitações, é possível perceber o processo que levou ao surgimento das primeiras Igrejas Luteranas e as suas principais características.

2.2 – Comunidade de Leisnig

Uma das primeiras comunidades que buscaram o auxílio de Lutero, por querer assumir, na prática comunitária, os princípios da teologia do Evangelho, localiza-se na pequena cidade de Leisnig, entre as cidades de Leipzig e Dresden, no território da Saxônia⁶⁶. Naquele período, as comunidades consistiam em paróquias ou igrejas locais, compreendidas como instâncias locais da administração eclesiásticas, controladas pelos bispos. No campo, a partir do século VI, os senhores feudais passaram a construir em suas terras suas próprias paróquias, dirigidas por sacerdotes que eram pagos com os dízimos da população do feudo. A consequência desta prática foi uma rígida delimitação da área de influência de cada igreja que, ao mesmo tempo, correspondia à área de arrecadação. No campo, deste modo, surgiram paróquias cujos territórios

⁶⁴ DREHER, Martin. **A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Sinodal, Coleção História da Igreja Vol. III, 1996. p.33

⁶⁵ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.201

⁶⁶ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.16

possuíam grande autonomia em relação à diocese, o que não aconteceu em relação às cidades, onde as comunidades permaneceram mais fortemente sob a influência dos bispos, esta era a situação de Leisnig.⁶⁷

Em setembro de 1522, esta comunidade solicitou orientação de Lutero sobre o modo de se organizarem. Ele, então, os visitou no final do mês, quando deliberaram a respeito da introdução de um estatuto comunitário evangélico. Mas, quando quiseram delegar dois pregadores, surgiram dificuldades de cunho jurídico-eclesiástico, pois quem possuía o direito de padroado sobre aquela jurisdição era o abade do mosteiro de Buch, localizado nas proximidades de Leisnig, hostil ao luteranismo. Assim, os representantes daquela comunidade argumentaram em seu favor, utilizando-se da noção de “sacerdócio geral” de todas as pessoas crentes, defendida por Lutero, e pediram seu apoio, solicitando que ele confirmasse este argumento por meio de um escrito⁶⁸.

Como o interesse de Lutero sempre foi o de anunciar sua verdade não apenas aos alemães, mas a todos os homens, ele respondeu ao escrito de maneira mais geral, sem se limitar de modo exclusivo à situação de Leisnig, embora o quadro que lá se configurava lhe tivesse servido de pano de fundo. Assim, no ano de 1523, Lutero publicou o texto: *Fundamento e Motivação da Escritura Para o Direito e a Autoridade de uma Assembléia ou comunidade Cristã Julgar Sobre Toda Doutrina, Chamar, Nomear e Demitir Professores*⁶⁹. Neste texto, a partir das orientações de Marinho Lutero à comunidade, é possível perceber algumas das características da verdadeira Igreja defendida por ele.

A primeira questão para qual Lutero chama a atenção, é que “a comunidade cristã deve ser reconhecida, sem sombra de dúvida, na pregação do evangelho puro.”⁷⁰ Lutero deixa claro que a principal característica da verdadeira Igreja deve ser a pregação das Escrituras e, só assim, uma comunidade pode se dizer cristã. Outra característica defendida por ele é que a comunidade tem o direito de julgar o que é cristão ou herético, pois, “Cristo em Mateus 7 disse: Acautelai-vos dos falsos profetas que se vos apresentam disfarçados em ovelha; mas por dentro são lobos roubadores”⁷¹, e para acautelar-se, argumenta ele, é necessário pensar e julgar sobre o que foi dito e isto não

⁶⁷ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.15

⁶⁸ Ibid., p.25-26

⁶⁹ LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras seleccionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984. p.193

⁷⁰ Ibid., p.194

⁷¹ LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras seleccionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984. p.196

cabe ao profeta e sim ao ouvinte; por isso todos os professores devem sujeitar sua doutrina ao parecer dos ouvintes. Neste aspecto, Martinho Lutero critica a postura da Igreja romana, alegando que ela retirou dos fiéis o direito de julgar e o tomou para si. Por esta razão toda comunidade cristã não só tem o direito e a autoridade mas também o dever de evitar, demitir, fugir e subtrair-se da autoridade dos bispos, abades, mosteiros e semelhantes, quando se torna claro que ensinam em oposição a Deus e à sua palavra⁷².

Contudo, defende Lutero, uma comunidade cristã não pode ficar sem pregadores e professores e, como os bispos não o são, os próprios membros deveriam convocar e instruir aqueles que, na paróquia, apresentassem maior habilidade para isso, pois a todos os cristãos foi dado o poder da palavra e do sacerdócio,

(...) como diz Cristo em João 6.45 Serão todos instruídos por Deus, e Pedro, em 1Pedro 2.9, Vos sois o sacerdócio real, para que proclameis os benefícios daquele que vos chamou das trevas para a maravilhosa luz⁷³.

Lutero, assim, entende que, se todos têm a palavra de Deus e são por ele ungidos, todos têm o dever de ensinar e difundí-la. Mas ele alerta a comunidade quanto ao momento adequado de pôr em prática este dever. Segundo Martinho Lutero, neste caso, as seguintes situações devem ser consideradas⁷⁴: se o cristão estiver em uma região onde não há ninguém que pregue sobre o evangelho pois, por lá existirem várias pessoas carentes desta palavra, ele deve se entender convocado a pregar a palavra de Deus, agindo como o “Sto. Estevão, que de forma alguma fora incumbido do ministério de pregação pelos apóstolos, mas assim mesmo pregou e realizou grandes sinais entre o povo.”⁷⁵ Se, entretanto, diz ele, o cristão estiver em um lugar em que há mais cristãos com a mesma autoridade que ele, não deve se projetar a si mesmo, mas aguardar que seja convidado para pregar por ordem dos demais; mas se ele perceber que o professor está ensinando fora dos princípios bíblicos, de forma modesta e decente, deve intervir: “Isso São Paulo o descreveu claramente em 1 Coríntios 14.30 onde diz: Se algo é revelado aquele que está sentado, o primeiro, o que está a falar, deve calar-se.”⁷⁶ Lembrando que o cristão deve proceder desta forma, quando necessário.

⁷² Ibid., p.195-197

⁷³ Ibid.

⁷⁴ Ibid., p.198-199

⁷⁵ Ibid., p.198

⁷⁶ LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984. p.198

Por fim, Martinho Lutero destacou, ainda, a importância que se deve atribuir ao ministério da Palavra. Para ele, este é o de maior responsabilidade, do qual dependem todos os outros. Por esta razão, a quem foi confiado o ministério da pregação, é também confiado o supremo ministério na cristandade, podendo assim esse “ministro” colocar em prática os desígnios da Palavra, por meio de batismos, missas ou, se preferir, delegar tais atividades para outros e se dedicar apenas à tarefa da pregação⁷⁷.

Aqui, percebemos um Lutero, que compartilha sua fé, sua verdade, aquilo que para ele foi alívio, foi “remédio”. São suas reflexões teóricas, construídas ao longo de muitos anos de estudo, que agora, trazem à cena uma Igreja visível, maciça, a partir das necessidades vivenciadas pela comunidade de Leisnig, que pouco a pouco vai se tornando uma das primeiras Igrejas Luteranas.

2.3 – As comunidades de Wittenberg e Zwickau

Outra cidade importante neste processo é Wittenberg, a paróquia de Lutero. Como vimos anteriormente, no ano de 1522, estourava ali uma revolta, motivada por espiritualistas. Mas quem eram estes? Desde maio de 1520, na cidade de Zwickau, um padre, chamado, Thomas Muntzer liderava, junto aos camponeses e moradores locais, um movimento que tentava implantar ali um “reino de Cristo” e, naquele reino, paradoxalmente, não haveria rei, nem magistrados, nem autoridade espiritual ou temporal, tão pouco haveria leis, nem igreja e nem culto: os súditos dependeriam apenas das Escrituras. O magistrado de Zwickau, assustado, reagiu duramente com prisões em massa que quebraram o movimento. Com isso, alguns dos discípulos de Muntzer, como Nikolaus Storch, entre outros, em dezembro de 1521, refugiaram-se em Wittenberg.⁷⁸

Instalados na cidade, começaram a pregar a sua disciplina. Em pouco tempo, o caráter estranho de sua doutrina, a firmeza de visionários com que falavam, a mistura de consideração e desdém por Lutero, o “reformador medroso”, e as suas exortações à quebra de imagens, conquistaram os moradores de Wittenberg, que logo passaram a saquear as igrejas, quebrar imagens, gerando um mal estar incontável. Desta forma, Melanchthon volta-se a Lutero e solicita sua vinda a Wittenberg, esperançoso que só ele, naquele caos, seria capaz de colocar as coisas e as pessoas no “seu lugar”. Lutero prontamente, atendeu à solicitação, partindo do castelo de Wartburgo movido pelo

⁷⁷ Ibid., p. 200

⁷⁸ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.212

senso de responsabilidade em relação àquele rebanho que estava a seu cargo, como também pela convicção de que aqueles homens eram falsos profetas, não vinham de Deus, portanto era necessário desmascará-los⁷⁹.

A arma que Lutero utilizou foi a Palavra. Desde sua chegada, no início de março de 1522, ele pregou vários sermões visando apaziguar os ânimos dos fiéis⁸⁰. Mas não foi o suficiente, pois estes últimos ansiavam por mudanças, esperavam ver diante dos seus olhos uma nova liturgia, uma nova Igreja. Conforme Martin Dreher, os pedidos para que Lutero elaborasse uma nova liturgia sob os padrões do evangelho eram insistentes⁸¹. Ele, então, cedendo ao apelo da comunidade, apresentou em dezembro de 1523, sua primeira proposta de alterações litúrgicas: a *Formula Missae et Communionis pro Ecclesia Wittenbergensi*, ou a *Formula Missae*⁸², um formulário da missa e da comunhão evangélico, que em 4 de dezembro enviou para o amigo e pastor Nicolau Hausmann, da cidade de Zwickau, que há muito lhe pedia esta iniciativa. No prefácio, Lutero presta conta de seus atos. Ele justifica sua demora em se manifestar sobre este tema, alegando que até aquele momento queria livrar o povo da falsa fé em cerimônias. Por isso, não ousou inovar apressadamente como os mais afoitos haviam feito no início de 1522 e que, agora que os corações estavam esclarecidos, era possível proceder com as alterações.

Mas será que não era o coração de Lutero que estava confuso? Conforme analisa Febvre, Lutero hesita, apalpa, faz rodeios e depois bruscamente decide-se. É quando encontrou o laço, o meio de ligar às suas próprias idéias doutrinas que, de início, lhe pareciam estranhas. Em Lutero parece instintiva esta necessidade de constância e de unidade sentimental, essa necessidade de só a partir da sua experiência própria tirar alguma conclusão, de nunca tomar partido por razões de lógica, falsa ou verdadeira, mas de experimentar longamente as soluções no fundo da sua fé profunda⁸³. Neste momento, ele não havia mudado em nada.

No texto, *Formula Missae*, é possível perceber claramente Lutero hesitando e resistindo às mudanças. Pois, neste formulário, ele deixa claro que não tem o interesse de eliminar a missa romana, mas apenas realizar algumas alterações a partir do princípio da justificação por graça e fé. Em um sermão do dia 6 de dezembro, Lutero acentuou

⁷⁹ Ibid., p.212-213

⁸⁰ Ibid., p.214

⁸¹ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.173

⁸² Ibid., p.156

⁸³ FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, um destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994. p.199

que determinadas modificações são necessárias por causa do Evangelho, porém elas não deveriam ser feitas sem o consentimento dos fiéis⁸⁴. Do mesmo modo que ele se preocupava com a sua consciência, também temia por aqueles que não haviam assimilado as novas idéias, alegando que não se poderia tirar, de repente, costumes tão antigos e nem impor uma forma tão nova e estranha de culto. Por isso, ele alerta que o mais importante era que o formato proposto de culto não se tornasse uma lei, impedindo que os fiéis adotassem ou seguissem outro. Como afirma Lutero:

(...) pelo contrário, pedimos de coração, em nome de Cristo, que, se a alguém for revelado algo melhor, mandem calar a nós primeiro, para que, num esforço conjunto, contribuamos para a causa comum⁸⁵

Assim, cauteloso, Lutero considera três pontos para a reestruturação da missa romana: o primeiro seria eliminar da liturgia tudo aquilo que entrasse em contradição com as escrituras; o segundo diria respeito à tolerância em relação ao que não fosse produto do espírito evangélico, mas que não apresentasse nenhuma objeção a ele, devendo, contudo, sofrer correções durante os sermões; o terceiro ponto seria relativo a manter tudo o que procedia do espírito cristão e que foi transmitido ao longo do tempo sem deturpações⁸⁶. Desta forma, Lutero trouxe à cena sua primeira proposta litúrgica.

O primeiro momento da missa é o sermão, logo depois se prepara o pão e vinho para a benção, como de costume. Martinho Lutero aconselhava usar vinho puro, sem mistura com água, pois, estando puro, expressa melhor também a pureza da doutrina evangélica, uma vez que se refere ao sangue de Cristo derramado na cruz, mas isso não deveria ser uma imposição, cada um deveria agir conforme a sua consciência.

Em seguida após ter preparado o pão e o vinho, recita-se o prefácio do cânone da missa:

O Senhor seja convosco. Respondo: E com teu espírito. – Os corações ao alto. Respondo: Elevemo-los a Deus. – Rendamos graças ao Senhor nosso Deus. Respondo Isto é digno e justo. – Verdadeiramente é digno e justo, conveniente e salutar que sempre e em todo lugar te rendamos graças, Senhor santo, Pai onipotente, Deus eterno, por meio de Jesus Cristo, nosso Senhor⁸⁷

⁸⁴ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.155

⁸⁵ Ibid., p.157

⁸⁶ Ibid., p.159-161

⁸⁷ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.163

Após uma pequena pausa, no mesmo tom que se costumava cantar o “Pai Nosso”, os fiéis seguiriam dizendo,

(...) que no dia antes de sofrer, tomou o pão, deu graças e o partiu, e o deu a seus discípulos, dizendo: Tomai, comei; isto é meu corpo que é dado por vós. De modo semelhante, tomou também o cálice, depois de haver ceado, dizendo: este cálice é o novo testamento em meu sangue, derramado por vós e por muitos, para a remissão dos pecados. Fazei isso sempre que o fizerdes, em memória de mim⁸⁸

Terminada a benção, o coro deveria cantar o *Benedictus* e, enquanto fosse entoado, elevar-se-ia o pão e o cálice, conforme o antigo rito, que segundo Lutero deveria ser mantido por respeito àqueles que poderiam se escandalizar com a ausência repentina deste hábito, que acompanha a igreja desde a Idade Média tardia. Entretanto, ele ressalta que esta prática deveria ser mantida naquelas comunidades nas quais os crentes já teriam sido instruídos quanto ao significado da elevação.

Logo depois, viria a oração dominical: o “Pai Nosso”. Esta oração, conforme o cânone tradicional da missa, deveria ser introduzida do seguinte modo: “Oremos. Admoestados por salutare preceitos e guiados pela instituição, somos encorajados a orar.” Martinho Lutero manteve o texto, mas retirou dele as palavras que diziam respeito à instituição, como também orientou a omissão da oração que viria na seqüência, pois, em seu conteúdo, solicitava a Deus livramento por todos os males por intermédio da virgem Maria e todos os santos, o que, segundo a doutrina luterana, seria contraditório em relação às escrituras⁸⁹.

Lutero também eliminou da liturgia todos os gestos que costumavam fazer sobre a hóstia e com a hóstia sobre o cálice. Ensinava que não se devia quebrá-la nem misturá-la ao vinho. Desta forma, imediatamente após a oração a dominical, eis o que se deveria dizer:

A paz do Senhor... que é por assim dizer, a absolvição pública dos comungantes de seus pecados, a clara voz do Evangelho, anunciando a remissão dos pecados, a única e mais digna preparação para a mesa do Senhor, se forem recebidas na fé como proferidas pelo próprio Cristo.⁹⁰

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.164

⁹⁰ Ibid.

Conforme Lutero, estas palavras deveriam ser proferidas pelo ministro com o rosto voltado para o povo, como os pastores costumavam fazer, gesto que Lutero reconhece como sendo o único vestígio dos pastores antigos que sobrou entre os bispos.

Depois disso, ao som de “Agnus Dei”, o pastor deveria comungar: primeiro ele e, depois o povo. Para finalizar a missa, Lutero sugere que a oração coleta final⁹¹, que segundo ele soava bastante a sacrifício, fosse substituída pela oração: “O que recebemos com nossos lábios, Senhor, recebemos de mentes puras. E que essa dádiva temporal se torne para nós em remédio eterno (...)”, a qual deveria ser seguida por algumas melodias para que, na seqüência, a benção final costumeira⁹² fosse dada. Alternativamente, o pastor poderia adotar: “abençoe-nos Deus, nosso Deus; abençoe-nos Deus, e todos os confins da terra o temam. Amém.”⁹³

Quanto às vestes sacerdotais, Lutero prefere deixar em segundo plano, mas os pastores, segundo postula, deveriam ser livres para se vestirem como desejassem, desde que não houvesse pompa e luxo, pois as vestes não seriam aquilo que tornaria o pastor mais ou menos recomendável diante de Deus. A preocupação do sacerdote deveria estar centrada no ensino da palavra aos crentes conscientizando-os, por exemplo, que a Ceia do Senhor não é uma boa obra, mas um meio pelo qual poderiam fortalecer sua fé em Cristo. A partir daí, caberia ao pastor conhecer seus fiéis e identificar se estavam ou não preparados para comungar, de acordo com seu grau de conhecimento em relação à Santa Ceia e ao seu testemunho de vida. Desta forma, se conviesse, o pastor poderia abrir mão da confissão privada antes da comunhão, caso os fiéis estivessem conscientes, a partir das Escrituras, a se prepararem para participar da mesa do Senhor com decência e ordem⁹⁴.

Apesar de Lutero ter transformado a missa latina de acordo com a sua compreensão do Evangelho, suas propostas não foram suficientes para os seus seguidores. Comunidades, como a de Zwickau, teólogos e o próprio príncipe-eleitor da Saxônia solicitaram que ele redigisse uma missa em alemão. Em relação a isso, Lutero relutou, alegando que não se deveria fazer desta matéria uma necessidade, ainda mais

⁹¹ Referência a coleta final do cânone da missa: “Que a lembrança desse meu grato serviço te agrade, ó Santa Trindade; e concede que o sacrifício que eu, embora indigno, ofereci perante tua majestade, seja agradável a ti que, por tua misericórdia, seja uma propiciação por mim e por todos aqueles pelos quais o ofereci. Por meio de Cristo nosso Senhor. Amém.” In: Ibid.

⁹² “Benedicat vos omnipotens Deus, Pater et Spiritus Sanctus.” In: Ibid., p.165

⁹³ Ibid.

⁹⁴ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.166

que a comunidade estava sendo informada a respeito da liturgia latina nas pregações⁹⁵. Lutero fugia desta questão porque o seu interesse não estava na Igreja exterior e em suas liturgias, mas na Igreja interior, invisível. Contudo, os seus argumentos não foram suficientes; Lutero acabou cedendo às reivindicações e publicou em 1526, a *Missa Alemã e Ordem do Culto*⁹⁶, celebrada pela primeira vez na cidade de Wittenberg, porém, ele faz uma ressalva:

Antes de mais nada, quero ter solicitado de forma muito amável, também pelo amor de Deus, a todos aqueles que chegarem a ver esta nossa ordem do culto, ou desejarem segui-la que, de modo algum, façam dela uma lei compulsória, nem comprometam ou prendam a consciência de ninguém, mas façam usa da liberdade cristã segundo o seu agrado, como, onde, quando e por quanto tempo as circunstâncias o reclamem e exijam⁹⁷.

Lutero não se incomodava com a diversidade de cultos, mas reconhecia ser útil a uniformização da liturgia nos lugarejos e aldeias em relação às cidades mais próximas, pois, assim, facilitaria o ensino diário das escrituras para os “leigos” e jovens. Martinho Lutero, então, elaborou um estudo bíblico dividido entre os dias da semana. No domingo, mantiveram-se os evangelhos, as epístolas e o antigo testamento, distribuídos entre manhã, tarde e noite, para que todos pudessem participar, inclusive os trabalhadores. Nas segundas e terças, pela manhã, deveriam haver lições em alemão sobre os “Dez Mandamentos”, o “Credo”, o “Pai Nosso”, o “Batismo” e a “Eucaristia”, com o objetivo de preparar e orientar os novatos. As quartas-feiras eram separadas exclusivamente para o estudo do Evangelho de Mateus, que, segundo Lutero, seria um ótimo evangelista para instruir a comunidade quanto à pregação de Cristo na montanha, além de incentivar o amor e as boas obras. Já o evangelista João, que evidenciaria a fé, deveria ter seu horário próprio de leitura no sábado à tarde; nas quintas e sextas deveriam ter lições quanto às epístolas dos apóstolos e o que mais há no novo testamento⁹⁸.

Para os “leigos” e jovens, Martinho Lutero elaborou um culto por ele denominado *Aos domingos para os leigos*⁹⁹. Nesta liturgia, ele aconselha que os

⁹⁵ Ibid., p.173

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ Ibid., p.177

⁹⁸ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.183

⁹⁹ Ibid., p.184

pastores deveriam continuar utilizando as vestes tradicionais, o altar e as velas até que chegasse o momento de tirar todas estas coisas, mas aqueles que não quisessem assim proceder, teriam a liberdade de agir de forma diferente. Lutero estabeleceu para este culto uma liturgia simplificada e uniforme para todas as épocas do ano. A missa iniciava com um hino sacro ou um salmo em alemão, construídos com melodias simples de maneira que um cântico se juntasse ao outro com facilidade, para assim conquistar uma maior participação da comunidade durante o culto.

Em seguida, no tom mais simples, o “*tônus simplex ferialis*”, ou seja, a forma não festiva, o sacerdote deveria ler uma oração com o rosto voltado para o altar. Depois disso, leria a epístola já com a face voltada para o povo e, da mesma forma, o Evangelho. Então, a Igreja cantaria o Credo “Nós cremos todos num só Deus” na língua alemã e se prepararia para ouvir a pregação do Evangelho daquele domingo. Lutero, temendo o pouco conhecimento dos pastores em relação às epístolas e ao Evangelho, elaborou uma apostila com mensagens para todo o ano, que só deveria ser substituída por uma mensagem que viesse do Espírito Santo. Em caso contrário, a apostila deveria ser lida na íntegra com o povo ou a parte do livro que ela sugerisse.

Após a pregação, teríamos uma paráfrase do Pai Nosso e uma exortação àqueles que pretendessem tomar o Sacramento. Neste momento, sugerir-se-ia que fosse feita uma oração com os fiéis, os fazendo lembrar do significado da Ceia do Senhor, que seria agradecer a Cristo,

(...) pelo amor imerecido que ele nos demonstrou ao nos redimir da ira de Deus, do pecado, da morte e do inferno por meio do seu sangue, tomando então exteriormente o pão e o vinho, isto é, seu corpo e sangue, como garantia e penhor. Portanto, tomemos e usemos assim o testamento em seu nome e por sua ordem, por ele mesmo expressa.¹⁰⁰

Lutero observava que tanto a paráfrase do “Pai Nosso” como a exortação deveriam ter uma formulação definitiva “por causa do povo”, pois, se deixasse esta elaboração livre, ela poderia confundir ao invés orientar os fiéis. Desta forma, Lutero pede que pelo menos na mesma comunidade haja uma uniformidade nesta parte da liturgia.

¹⁰⁰ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.196

Quanto à distribuição da Ceia, Lutero mantinha a mesma orientação, da missa latina, que seria abençoar o pão e servir para depois abençoar o vinho e servi-lo. Por fim, viria a bênção:

Agradecemos-te, Senhor Deus todo poderoso, por nos teres saciado com esta dádiva salutar, e pedimos a tua misericórdia, que ela frutifique em nós para vigorosa fé em ti e fervoroso amor entre nós todos, por Jesus Cristo, nosso Senhor. Amem.

O Senhor te abençoe e te guarde.

O Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti e tenha misericórdia de ti.

O Senhor levante o seu rosto sobre ti e te dê a paz.¹⁰¹

Lutero entendia que este culto logo se tornaria entediante, assim como a missa latina se tornou para aqueles que estavam apenas em busca de novidades. Por esta razão, o culto deveria estar voltado para educar a juventude e estimular a “gente simples” a se interessar por ele. Mas, principalmente, dever-se-ia ter consciência de que “todas as normas devem ser usadas de tal maneira que, quando se transformarem em abuso, sejam imediatamente abolidas, e se façam outras”¹⁰², pois a ordem é algo exterior construído pelo homem e, por melhor que seja, poderia se tornar prejudicial. Desta forma, ela não deveria vigorar por si mesma, como eram consideradas as normas papais, mas sua força, mérito e virtude dependeriam por completo de seu uso adequado, fazendo-se necessário o constante exercício da reforma sempre que a fé e o amor fossem subsumidos à ordem.

Além das reformas litúrgicas, Lutero voltou seus olhos para o sacramento do Batismo, considerado por ele um dos pilares da vida cristã, mas que, apesar disso, era tratado, cotidianamente, com frieza e descaso. Logo, Lutero identificou que, em relação ao Batismo, este desleixo dava-se principalmente pelo fato de ser realizado em latim e não em alemão, o que impedia os pais e padrinhos de compreenderem o significado da cerimônia. Por esta razão, publicou em 1523, na cidade de Wittenberg, uma tradução da liturgia do Batismo, objetivando esclarecer aos participantes da importância deste ato e também estimular a fé e a devoção dos envolvidos.

Neste primeiro momento, apenas traduziu-se o sacramento, realizando poucas alterações, por respeito àqueles que, segundo Lutero, tinham dificuldade de assimilar maiores mudanças. Este escrito tornou-se referência em muitas cidades, como, Erfurt, Zwickau, Nurnberg e Augsburg, cada qual adequando a proposta de Lutero à sua

¹⁰¹ Ibid., p.200

¹⁰² Ibid., p.205

realidade. Algumas mantiveram boa parte do formato tradicional da prática batismal, enquanto outras evidenciavam seu anseio por mudanças, rompendo com os velhos paradigmas, trazendo à cena um novo formato de cerimônia. Muitos pastores não concordavam com o conservadorismo da liturgia batismal luterana e cobravam de Lutero uma revisão mais aprofundada, com base nos critérios do Evangelho.¹⁰³

Assim, Martinho Lutero “sucumbindo” às pressões sócio-culturais que partiam das comunidades que já tinham contato com as suas idéias, publicou em 1526 o *Manual do Batismo Revisado*¹⁰⁴, no qual apresentava uma espécie de “cerimônia objetiva” para tal rito litúrgico, sem grande parte do que ele chamava de “aspectos exteriores ou acréscimos humanos”, tais como o ato de “soprar nos olhos”, as práticas do “sal na boca” e das “velas acesas nas mãos”, entre outros aspectos. Isso por entender, que o propósito maior do Batismo era devolver a criança a Deus, livrá-la do julgo do pecado original e das garras do diabo.

Para que isto acontecesse seria necessário muito mais do que ritos litúrgicos, mas orações sérias e com fé, o que tornaria de suma importância o papel dos participantes da liturgia, pois, enquanto ao sacerdote cabe orar expulsando da criança o espírito imundo, aos padrinhos ficava reservada a tarefa de renunciar ao diabo e às suas obras em nome da criança. Por isso, Martinho Lutero prescreve que “é conveniente e correto que não se permita que padres embriagados e estúpidos batizem, tampouco se tomem pessoas irresponsáveis para padrinhos”¹⁰⁵, mas, ao contrário, esses deveriam ser pessoas corretas e honradas, dos quais se tivesse certeza de que iriam tratar o assunto com seriedade e fé verdadeira, garantindo à criança um renascimento espiritual.

A partir da análise de textos como estes escritos por Lutero, que procuram responder as pressões sociais por “reformas religiosas” advindas das comunidades alemãs que tiveram contato, de alguma forma, com sua teologia, é possível percebermos que não houve uma data específica, na qual se deu a institucionalização da Igreja Luterana ou o seu surgimento e que, neste sentido, não poderia haver um único fundador desta instituição. Ao contrário, vislumbramos um longo e complexo processo social que, nas esferas política, cultural e religiosa, condicionou um panorama histórico em que um teórico, oriundo dos quadros da Igreja Católica, insatisfeito com os rumos

¹⁰³ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos.** Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.214

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos.** Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000. p.217.

“mundanos” adotados por esta mesma Igreja e que, em nenhum momento, segundo a bibliografia pesquisada, apontou para a necessidade de se construir uma “Igreja alemã” ou mesmo “reformatar” a estrutura da Igreja Católica, foi, paulatinamente, envolvido por um jogo social em que “resistir” ou “ceder” acabariam indicando uma outra perspectiva teológica para a cristandade.

Apesar de “resistir” aos anseios das comunidades alemãs, que pleiteavam o soerguimento material e doutrinário de uma outra Igreja Cristã, Lutero parece mesmo ter cedido às pressões nesta “batalha”, uma vez que ele atendeu ao clamor e às necessidades de tais comunidades, trazendo à cena uma Igreja “visível”, “palpável”, com valores, práticas e liturgias calcadas em seus princípios, em sua “verdade”. Assim, entendemos a institucionalização da Igreja Luterana como o resultado de uma espécie de “escuta mútua” entre Martinho Lutero e as comunidades alemãs (que nele buscavam fundamentação teológica para a reforma de suas Igrejas), pautada por avanços e recuos no que diz respeito às vontades e necessidades, de um e de outro, tanto em relação às questões relativas à fé quanto à necessidade da materialidade de uma “nova” Igreja. Deste modo a Igreja Luterana foi edificada, lentamente, pelas mãos de diversos “autores sociais”, com diferentes inquietações e conflitos mas que, se tinham em comum a teologia cristã como horizonte espiritual de suas vidas, enxergaram nas idéias defendidas por Martinho Lutero possibilidades concretas de transformar esse horizonte em algo “visível” e “palpável”.

Considerações Finais

No primeiro capítulo, procuramos investigar os conflitos políticos, sociais e econômicos vivenciados na “Alemanha” em meados do século XVI à luz da trajetória social do teólogo Martinho Lutero. Neste sentido, foi-nos possível compreender Lutero não como um “revolucionário” dentro do corpo da Igreja cristã que, ao escrever suas 95 teses, tivesse como objetivo inaugurar a Era Moderna em 1517 e, posteriormente, ser considerado o “pai” da Reforma Religiosa na Europa a partir do século XVI. Intentamos, a partir da bibliografia pesquisada, apreender um “outro” Lutero: um homem inserido em um determinado contexto histórico que, não alheio às questões de sua época, colocou no centro do debate histórico não apenas os “negócios da fé”, externados quase sempre por meio das indulgências aliadas à idéia do “paraíso celestial” tão propaladas pelos pontífices do catolicismo mas que, em última análise, colocava em dúvida até que ponto os desígnios humanos deveriam se sobrepor às questões da fé e da crença em Deus. Desta forma, Lutero é um homem que busca travar um diálogo com os seus pares da Igreja, mas que também não se furta a escutar os anseios “espirituais” das comunidades alemãs com as quais convive, o que seria definitivo quanto aos rumos que suas idéias tomariam a partir de então.

Por meio desta relação estabelecida por Martinho Lutero tanto com a Igreja Católica quanto com as comunidades alemãs, procuramos discutir, no segundo capítulo desse trabalho, quais as expectativas sociais e os efeitos históricos resultantes desse quadro ensejado por Lutero. Diante da análise dos conflitos e expectativas vivenciadas pela sociedade alemã no período e por meio dos textos traduzidos de Martinho Lutero escritos na década de 1520 (voltados para atender às solicitações das comunidades das cidades de Leisnig, Wittenberg, e Zwickau), conseguimos apreender o processo histórico que tornou possível a institucionalização da Igreja Luterana, entendendo que tal processo se estabeleceu se deu a partir tanto das pressões sociais provenientes destas comunidades alemãs ora citadas quanto das próprias inquietações “espirituais” e “intelectuais” que atormentavam Martinho Lutero.

Após tal análise, questionamos: foi Martinho Lutero o “reformador”, o único agente transformador daquele cenário religioso alemão e que, posteriormente, se espalhou pela Europa no século XVI? Entendemos que não, pois o contexto sócio-histórico que viu nascer os primeiros alicerces que dariam sustentação à institucionalização da Igreja Luterana apontam para o surgimento de várias “pequenas

reformas” acontecendo simultaneamente, movidas por diversos agentes. Assim, mais instigante do que saber sobre Martinho Lutero ter sido ou não o “pai da Reforma Religiosa”, importa mais uma outra questão: qual foi, então, o papel desempenhado por Lutero em todo esse complexo processo? Uma resposta possível que podemos apontar, a partir deste estudo, é que Lutero operou como uma espécie de “mediador” ativo entre a “Igreja invisível”, com a qual sonhou, e uma “Igreja visível”, construída pelas “reformas alemãs” sobre as ruínas morais, políticas e religiosas que acometiam a Igreja Católica em Roma. Neste processo, seu “sonho” recebeu materialidade histórica e proveu justificação teológica àquilo que dele efetivamente surgiu.



Figura 1: Mapa do Império Romano Ocidental antes das invasões germânicas
 Fonte: Atlas Histórico, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações LTDA. Ed.
 Editorial Marim, São Paulo, 1992. p. 30

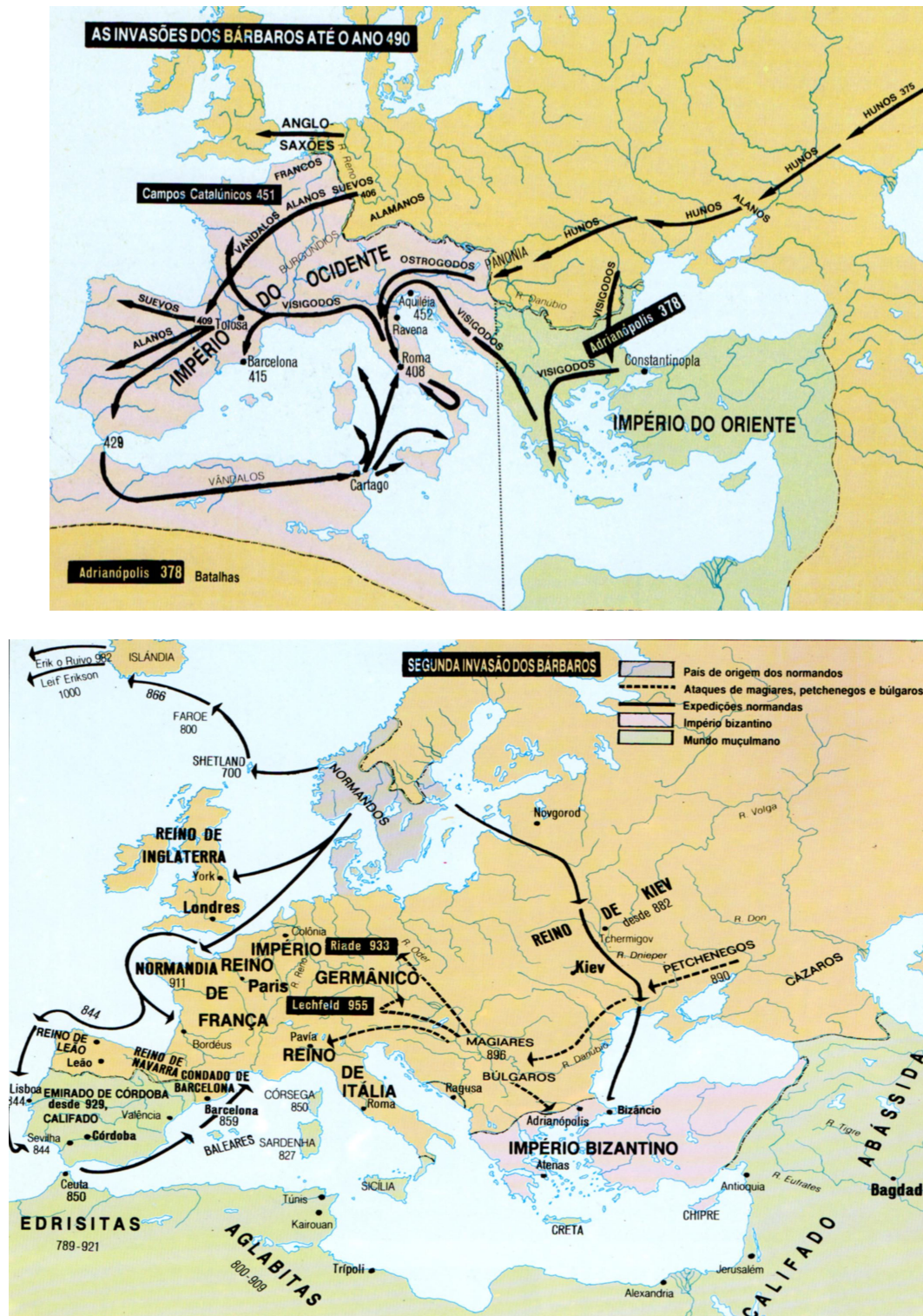


Figura 2: As invasões germânicas ao Império Romano Ocidental.
 Fonte: Atlas Histórico, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações LTDA. p.34

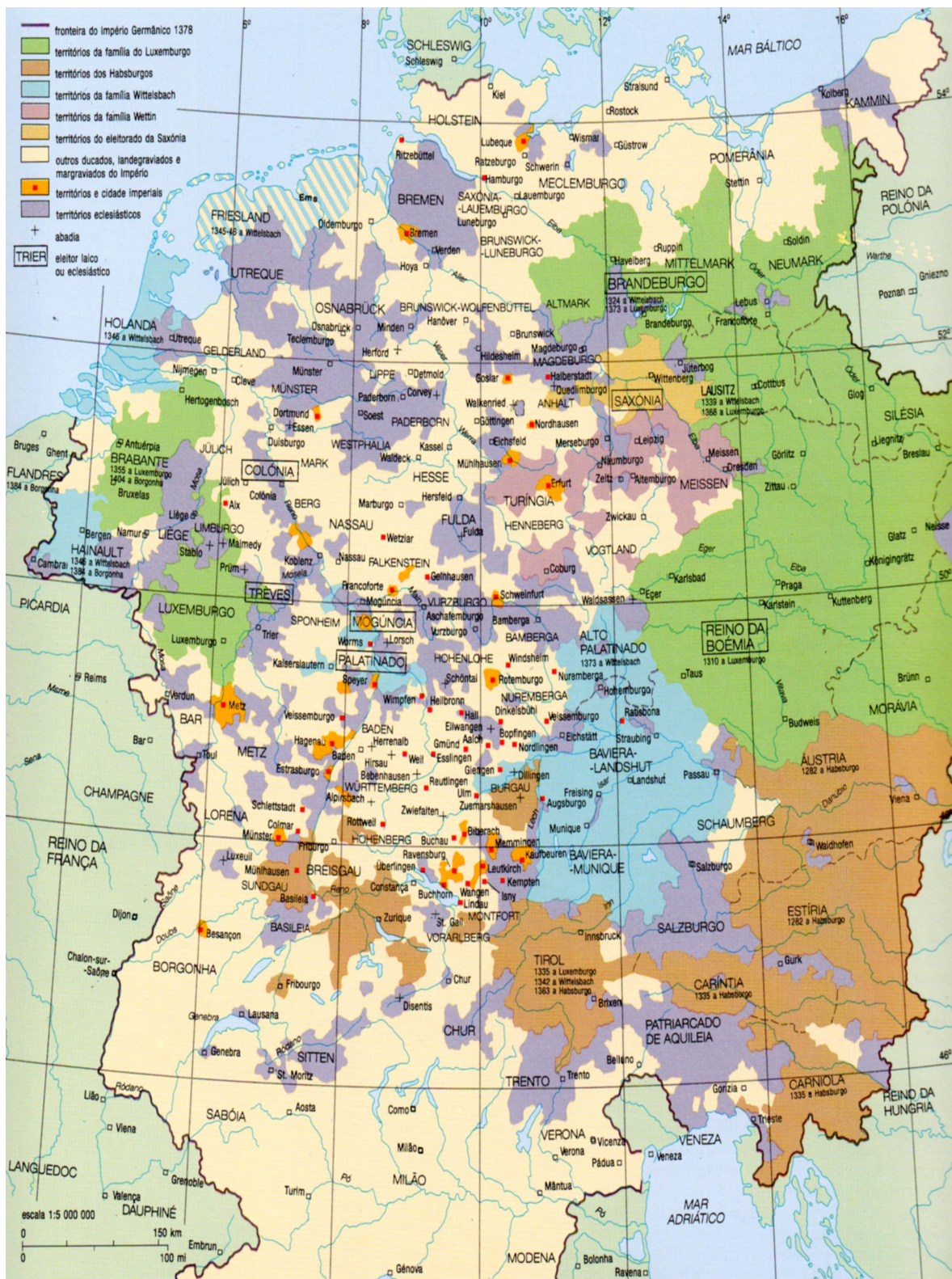


Figura 3: Sacro Império Romano e Germânico em finais da Idade Média.

Fonte: MATTHEW, Donald. **Europa Medieval, Rumo ao Mundo Moderno**, Vol. II, Ed. Edições Delprado. 1997. p. 203.



Figura 4: Panorama religioso da Europa no século XVI

Fonte: Atlas Histórico, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações LTDA. Ed. Editorial Marim, São Paulo, 1992. p. 90.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Porto/Portugal: Ed. Afrontamento, 1982.

SKINNER, Quentin. **As Fundações do Pensamento Político Moderno**. São Paulo: Companhia das Letras 1996.

DREHER, Martin. **A crise e a renovação da Igreja no período da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Sinodal, Coleção História da Igreja Vol. III, 1996.

FEBVRE, Lucien. **Martinho Lutero, Um Destino**. Lisboa/Portugal: Ed. Edições Asa, 1994.

LUTERO, Martinho. **Pelo Evangelho de Cristo: obras selecionadas de momentos decisivos da Reforma**. Porto Alegre/São Leopoldo: Concórdia/Sinodal, 1984.

LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas; Vida em comunidade: comunidade, ministério, culto, sacramentos, visitação, catecismo, hinos**. Porto Alegre/ São Leopoldo: Concórdia/ Sinodal, 2000.

LEBRUN, François. “As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal.” In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da Vida Privada III : da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SILVA, Ângela Maria; PINHEIRO, Maria Salete F.; FRANÇA, Maria Nani (Orgs.). **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 5 ed. rev. e ampl., 2006.